

# REGULAMENTAÇÃO URGENTE DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS SERVIDORAS EFETIVAS DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

O SINEDUC tem participado de inúmeros debates e audiências sobre o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que é o sistema garantidor de benefícios previdenciários (aposentadorias e pensões) as servidoras e servidores públicos.

Desde a nefasta Contrarreforma da Previdência realizada pelo Congresso Nacional e pelo governo Temer em 2019, conhecida como emenda constitucional (EC) 103/2019, que atingiu em cheio a classe trabalhadora, causando prejuízos e perda aos direitos, tanto para as pessoas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que tem como regime de previdência o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), quanto para as pessoas servidoras públicas (admitidas via concurso público, que, em nosso caso em Maricá são regidas pelo RPPS, que tem como unidade gestora o Instituto de Seguridade Social de Maricá (ISSM).

O SINEDUC diante do seu compromisso com luta e defesa de direitos da classe trabalhadora e em especial com a categoria de profissionais em educação do município de Maricá, defende a revogação imediata contrarreforma da previdência, e diante do exposto, o SINEDUC tem cobrado constantemente a regularização previdenciária dos servidores e o fortalecimento do RPPS do município.

O assunto precisa ser tratado de forma urgente e imediata, elencamos abaixo alguns pontos:

1) Pessoas que entraram no serviço público em Maricá após o ano de 2021, só podem ter como valor máximo de aposentadoria o teto do INSS, atualmente R\$ 7.786,02, como a própria EC103/2019 aponta, a única possibilidade de ter maiores proventos é através de convênio com instituição que ofereça um Regime de Previdência Complementar (RPC), o que até o momento não aconteceu, lembrando que o prazo era até 2021.

2) Atualmente o RPPS Maricá é deficitário, o que no entendimento do SINEDUC, é minimamente contraditório, questionamos aqui como pode um município ter “fundo soberano” e ter uma previdência deficitária? Dito isto, defendemos aqui a quitação das dívidas do município com sua previdência e o aumento imediato da contribuição patronal, que atualmente é inferior ao percentual mínimo para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial.

3) Defendemos que não seja realizada nenhuma retirada de direitos dos servidores e servidoras no que diz respeito ao plano de benefícios.

4) Defendemos a reestruturação na lei que organiza o ISSM; Defendemos a realização de concurso público para o ISSM, que atualmente conta com um quadro muito pequeno de funcionários efetivos, e com uma estrutura administrativa que não atende a realidade atual.

5) É urgente que seja garantido ao SINEDUC lugar nos espaços de controle do ISSM.

6) Defendemos mais concursos públicos na administração municipal, pois hoje há uma grande quantidade de recursos destinados ao INSS devido aos contratos de trabalho não efetivos, como por exemplo cargos comissionados, terceirizações e contratações de organizações sociais.

O SINEDUC, está atento aos movimentos que dizem respeito a previdência social dos servidores e servidoras desta municipalidade, reforçamos que o direito à previdência social é um direito social constitucional, previsto no artigo 6º, sendo a sua garantia tão importante quanto os outros direitos sociais, como, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, pois não há uma hierarquização entre eles, portanto

**RESPEITEM A NOSSA PREVIDÊNCIA !!!!!!!!**

## **PELA REVISÃO URGENTE DO PAGAMENTO DO AUXÍLIO PASSAGEM**

A necessidade de revisão do *modelo de pagamento do auxílio transporte* é uma reivindicação antiga dos servidores públicos municipais em Maricá e se tornou a tempos uma *urgência*.

O tema tem sido pauta de todas as audiências do SINEDUC com a SEMED. O SINEDUC já encaminhou proposta para que o auxílio transporte seja pago integralmente e sem haver desconto de contrapartida para o servidores municipais (os tais 6%). A Semed em audiência com o SINEDUC se comprometeu a dialogar com a Secretaria de Administração e com o Gabinete do Prefeito para encontrar uma solução para a questão que se arrasta a muito tempo, mas não tivemos avanço nesta pauta.

Problema este que se agravou com a reformulação do modelo do Bilhete único adotado pelo Estado, que devido a redução da renda dos elegíveis ao benefício, hoje deixa de fora quase todos os trabalhadores da educação de Maricá.

Os trabalhadores que vem de outros municípios, sem poderem usar o Bilhete Único, tem uma perda salarial enorme com o custo mensal do transporte, dado o valor altíssimo dos ônibus que ligam Maricá às cidades vizinhas.

O pagamento integral do custo do transporte para os servidores municipais se faz urgente.

**Seu Sindicato é a sua voz!  
Filie-se!**

**MARICÁ / RJ**  
**Sineduc**

[www.sineduc.com.br](http://www.sineduc.com.br)

[f sineducmarica](https://www.facebook.com/sineducmarica)

[sineduc\\_marica](https://www.instagram.com/sineduc_marica)

[21 2637-4087](https://api.whatsapp.com/send?phone=2126374087)